



Do turismo cultural ao “turismo contextualizado”: uma prática diferente do modelo em curso em Moçambique

From cultural tourism to "contextualised tourism": a different tourism model in Mozambique

João Francisco de Carvalho Choé, Rogério Filipe Mário

RESUMO: O objetivo central do presente artigo é analisar a importância do contexto turístico cultural local de modo a contribuir para a redefinição de práticas turísticas inovadoras e repensadas a partir de um conjunto de ações, programas e estratégias de implementação do turismo em Moçambique. Os discursos relativos a este setor, de reconhecida importância em termos de contributo para a economia moçambicana, quando confrontados com os dados estatísticos produzidos, revelam alguma disparidade entre o que se defende como receita do turismo e o que se torna palpável em termos de ganhos a partir do desenvolvimento da atividade turística. A metodologia adotada teve uma abordagem qualitativa com um viés descritivo e analítico. A partir dos resultados desse ensaio constatou-se que o planejamento turístico em Moçambique tem poucas vezes refletido às reais condições dos locais sobre os quais se projeta implementar algum tipo de atividade turística. O aspecto mais saliente desta constatação diz respeito a fraca qualidade ou mesmo inexistência de infraestruturas capazes de assegurar um turismo competitivo e, por tal, garante de desenvolvimento econômico. As facilidades turísticas, o conteúdo da informação turística divulgada, a qualidade dos serviços de transporte, acomodação, restauração e afins comprometem e muito a implementação de um turismo mais bem sucedido e que de facto contribua com receitas visível e economicamente sustentáveis. Por isso defendemos que para o desenvolvimento pleno do turismo em Moçambique só será possível se forem concebidos programas e estratégias de desenvolvimento turísticos que tenham em conta a solução de problemas locais a partir dos recursos locais, processo no qual se deve ter em conta uma ação colaborativa e integrada de diversos atores.

PALAVRAS CHAVE: Turismo; Turismo Cultural; Turismo Diferente.

ABSTRACT: The central objective of this article is to analyse the importance of the local cultural tourism context in order to contribute to the redefinition of innovative and rethought tourism practices from a set of actions, programmes and strategies for implementing tourism in Mozambique. The discourses concerning this sector, of recognized importance in terms of contribution to the Mozambican economy, when confronted with the statistical data produced, reveal some disparity between what is advocated as tourism revenue and what becomes tangible in terms of gains from the development of tourism activity. The methodology adopted had a qualitative approach with a descriptive and analytical bias. From the results of this essay it was found that tourism planning in Mozambique has rarely reflected the real conditions of the places where some kind of tourism activity is planned to be implemented. The most salient aspect of this observation concerns the poor quality or even non-existence of infrastructures capable of ensuring competitive tourism and, therefore, guarantee of economic development. Tourist facilities, the content of the tourism information disseminated, the quality of transport, accommodation, catering and similar services greatly compromise the implementation of a more successful tourism that actually contributes with visible and economically sustainable revenues. Therefore we argue that for the full development of tourism in Mozambique will only be possible if tourism development programmes and strategies are designed that take into account the solution of local problems from local resources, a process in which a collaborative and integrated action of various actors should be taken into account,

KEYWORDS: Tourism; Cultural Tourism; Different Tourism.

Introdução

A presente pesquisa pretende demonstrar a importância e significado de uma atividade turística implementada de forma inovadora, contribuindo deste modo para a conceptualização do turismo idealizado e implementado em Moçambique. Este procedimento iria significar uma maior valorização dos recursos locais no processo de implementação turística, de modo a haver diferentes tipos de atividades turísticas e diferentes formas de potencializar recursos turísticos locais.

Pretende-se assim discutir experiências e prática sobre a necessidade de revitalização do setor turístico moçambicano e assim, muito mais facilmente responder aos desafios plasmados no Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo em Moçambique (PEDTM) II de dotar Moçambique de uma indústria turística crescente e sustentável. No entanto, o turismo nacional ainda se caracteriza por baixos níveis de competitividade, e considerada uma atividade para uma minoria da população moçambicana, devido ao seu custo elevado. Isto se adiciona as limitações em termos de acesso por terra, mar e ar, ao excessivo índice de burocracia para se iniciar um investimento turístico e, sobretudo, o nível de qualidade dos serviços prestados no setor, comparativamente a situação regional e mundial. (FILIPE, 2018).

Deste modo, ao analisarmos a situação do setor turístico nacional, almejamos contextualizar a importância da inovação no desenvolvimento turístico. Assim, o artigo irá sustentar-se na pergunta de partida que indaga: *a relação entre a conceptualização do turismo nacional a partir da*

implementação de estratégias de gestão turística, no âmbito de um turismo contextualizado.

Sendo assim, constitui objetivo geral dessa reflexão analisar a importância do contexto turístico cultural local de modo a contribuir para a redefinição de práticas turísticas inovadoras e repensadas. Para isso, estabeleceu-se os seguintes objetivos específicos: delimitar o estudo sobre turismo contextualizado em Moçambique e no mundo; analisar as formas de atuação dos governos do dia em relação ao desenvolvimento turístico nacional; relacionar o exemplo da Ilha de Moçambique com as boas práticas de gestão turística local e repensada.

Adicionalmente, o presente ensaio baseou-se em três (3) premissas fundamentais: (i) As práticas turísticas inovadoras na Ilha de Moçambique, permitem encontrar fundamento para a implementação de um turismo repensado. (ii) O turismo repensado constitui uma mudança de atitude, de perspectiva e de estratégia que faz a diferença necessária para implementar-se um turismo mais bem planejado e melhor gerido, que valorize o contexto, os recursos e as necessidades locais. (iii) O turismo contextualizado permite o desenvolvimento de boas práticas turísticas que têm em conta necessidades locais para problemas locais, criando uma maior harmonia em termos de expectativas, perspectivas e ganhos a partir da prática do turismo.

No entanto, a elaboração deste artigo foi ocasionada a partir duma reflexão dos autores enquanto cidadão que acreditam que o potencial turístico de Moçambique é alimentado pela sua diversidade sociocultural e natural, o que possibilita a prática de vários segmentos turísticos. Não obstante tamanha diversidade, a ideia que se tem é de um turismo gerido de forma centralizada. Esta gestão centralizada limita os níveis de abrangência dos impactos desta atividade em relação aos espaços, pessoas, manifestações culturais e acesso aos recursos naturais de valor turístico.

Assim, a partir das profundas reflexões a volta da temática foi possível criar um campo de análise que permitiu desenvolver a ideia de turismo repensado, inovador e por isso um turismo diferente e contextualizado. Por meio de vários exemplos trazidos pelas fontes consultadas percebe-se que o primeiro passo para a inovação, no sentido pretendido nesta pesquisa, é dado ao se prestigiar e priorizar o potencial dos recursos locais, o que conduz à uma gestão turística do tipo micro.

É dentro deste contexto que enquadrámos o caso da Ilha de Moçambique, na Província de Nampula que partilha dos seguintes aspectos: (i) um turismo assente num património sociocultural local, muito particular e por isso um enorme atrativo turístico; (ii) aspectos do quotidiano (arquitetura, paisagem urbana, gastronomia, danças, história local e herança cultural trazida de outros lugares e ou adaptada localmente) podem ser entendidos como um conjunto de manifestações que pode ser chamado de património vivo. Este conceito, de património vivo pode ser percebido como o conjunto de elementos históricos e socioculturais e adaptados ao longo dos tempos, que podem ser vistos ou revistos através das simples atividades do quotidiano, portanto, uma herança “viva” e materializada na mais simples atividade do dia-a-dia (FILIPE, 2004); (iii) a prática foi demonstrando que a

melhor maneira de fazer turismo localmente era sob a forma de tour (passeios sob a forma de roteiro turístico), por se tratar de espaços facilmente percorridos á pé.

O Macúti da Ilha de Moçambique, entanto que elementos arquitetônicos muito específico podem igualmente ser usados para contar a história da habitação em Moçambique. Em simultâneo contam-se histórias de vida e do local, no geral. É assim que a Ilha de Moçambique é usada nesta pesquisa como exemplos de um turismo cultural repensado que nos remete ao turismo contextualizado.

A noção de Turismo Diferente que norteia o presente trabalho está assente na perspectiva de concepção e implementação de um turismo que é planificado tendo em conta necessidades locais para problemas locais. O Turismo Diferente proposto nesta pesquisa considera a gestão descentralizada, a criatividade, a inovação e a “reinvenção” como suportes de um turismo realístico e exequível, desenhado a partir de potencialidades turísticas locais, implementado através de recursos locais e beneficiando, acima de tudo, os intervenientes mais directos em todo este processo.

Trata-se de um conceito pessoal que é inspirado na perspectiva do Governo de Samora Machel que defendia a implementação de um Turismo Popular que deveria ser inclusivo (por passar a integrar o moçambicano então excluído por conta da segregação colonial), deveria ser sustentável (por significar ganhos para todos e principalmente para alimentar a economia nacional) e deveria valorizar os recursos locais (MACHEL, 1976).

Machel (1976) introduz a ideia de Turismo Diferente, que serve de base conceptual da presente pesquisa. Ou seja, este autor encontra no acto de repensar sobre o que se tem, idealizar o que se pode ter e melhorar a forma de ter o que se pretende, a fórmula ideal para fazer diferente. Em linguagem de senso comum falaríamos apenas de criatividade.

O Turismo Diferente tem na inovação, um dos seus principais pilares. Por este motivo, a definição de inovação irá gravitar em torno das ideias de autores como Cunha e Costa (2017, p.486), que colocam a noção de inovar como estando relacionada com a combinação entre o lazer e a capacidade criativa. Assim se tem um Turismo Diferente, diferente porque faz diferença e diferente porque se diferencia. É dentro das perspectivas acima que por se ter em conta a valorização do contexto espaço-temporal para a implementação do Turismo Diferente aqui proposto, nos decidimos pela também adopção do conceito de Turismo Contextualizado como que respondendo aos objectivos preconizados nesta pesquisa.

Conceitos de turismo, turismo cultural, turismo diferente/ turismo contextualizado

Turismo

Para a Organização Mundial do Turismo, Turismo é o “*fenômeno social, cultural e econômico relacionado com o movimento de pessoas a lugares que não sejam sua residência habitual, por motivos pessoais, de negócios ou profissionais, por um período inferior a um ano*” (OMT, 2015).

Kohler (2007, p.186) reforça a definição da OMT, mas acrescenta a perspectiva de combinação de fenômenos e relações que emergem da interação entre as regiões emissoras e receptoras, de turistas, das empresas fornecedoras, dos órgãos do governo, das comunidades e ambientes locais.

Lima (2011, p.630) considera o turismo como uma atividade empreendedora, que ao difundir-se pelo mundo consegue ter uma dinâmica própria que a permitiu adaptar-se aos vários contextos sociopolíticos, econômicos e culturais ao longo da sua história e do mundo. Em Moçambique, a Lei do turismo define o turismo como um conjunto de atividades profissionais relacionadas com o transporte, alojamento, alimentação e atividades de lazer destinadas a turistas (Lei nº 4/2004).

Não obstante apresentar uma definição aparentemente mais simplificada, comparativamente as anteriores, a definição patente na lei do turismo acima, não especifica o tempo de duração da visita, tal como as outras o fazem. A forma como coloca a significado de turista conduz a alguma ambiguidade que depois resvala na ideia de senso comum de que “turista é só quem vem de fora” do país, da cidade ou da região de que se fala, fato que criticamos ao longo da pesquisa.

Turismo cultural

O conceito de turismo cultural é um produto do desenvolvimento da atividade turística, no geral. À medida que se refletia sobre perspectivas e procedimentos para se desenvolver o turismo, foi-se tornando evidente que não se poderia dissociar o turismo em si, das pessoas que o praticavam (turistas) ou das pessoas que habitavam os locais definidos como atrativos turísticos. A aprovação de documentos como a carta de turismo cultural (também conhecida como a carta de Bruxelas), em 1976, a declaração do México, de 1985 e a carta internacional sobre turismo cultural, de 1999, revelam este sentido evolutivo da necessidade de uma maior combinação entre a simples atividade turística e a valorização das manifestações culturais dos destinos turísticos.

É nesta perspectiva que o conceito de turismo cultural vai evoluindo assente nos seguintes pilares: (i) diversidade cultural; (ii) sustentabilidade; (iii) interatividade/interação entre turista e comunidade local, de que resulta a valorização e reforço da identidade de ambos. A reinvenção e a criatividade, em tempos mais recentes, foram a saída encontrada para reinventar um turismo cultural cuja essência era ameaçada pela transformação da cultura num produto mercadológico, por consequência da demanda turística que se foi verificando.

Carneiro (2010, p.14), Cruz (2012, p.98) e Mubai (2014, p.16-17) descrevem este processo como uma espécie de comercialização excessiva, banal e abusiva dos valores, bens e manifestações culturais, uma vez que “a cultura, os produtos culturais” começam a ser vistos e usados como que concebidos e materializados apenas e exclusivamente para consumo turístico.

Este *empacotamento cultural* constitui uma das principais críticas que recaem sobre o conceito de turismo cultural, dado que algumas vezes

se vê no turismo cultural uma forma lucrativa de divulgar a cultura de um país ou região pelo que a valorização do contexto espaciotemporal e social é crucial para se fugir desta tendência, tal como demonstramos ao longo da pesquisa.

Se assim for, o turismo cultural torna-se uma importante ferramenta para o desenvolvimento local, preferencialmente no sentido base-topo, valorizando soluções locais para necessidades locais (FILIPE, 2006).

Para efeitos de definição, iremos considerar Kohler (2007, p.188) que defende o turismo cultural como sendo uma *“movimentação de pessoas em torno de atrações culturais específicas (locais históricos, manifestações artístico-culturais), fora de seu lugar próprio de residência”* ou ainda como um *“consumo turístico de atrações previamente classificadas como culturais”*.

Carneiro (2010, p.9), define o turismo cultural como *“fenômeno social e produto da experiência humana que aproxima e fortalece as relações sociais gerando um processo de interação entre indivíduos e seus grupos sociais, de uma mesma cultura ou cultura diferente”*.

No entanto, qualquer uma das definições apresentadas e outras não referenciadas remete-nos a ideia de interação, de troca de saberes, de troca de experiências culturais vivenciadas entre o turista e a comunidade do destino turístico, de que irá resultar uma apreensão de conhecimento histórico, social e cultural (FILIPE 2006, CARNEIRO, 2010, p.12).

O fator interativo que caracteriza este segmento turístico vai significar a possibilidade de o turista aprender algo mais enquanto viaja mundo fora, pelo que os níveis de competitividade, criatividade e divulgação criam uma dinâmica de mercado tal que rapidamente o turismo cultural se vai destacando entre outros segmentos turísticos, passando a impressão de que fazer turismo é apenas fazer turismo cultural. Este aspecto reforça a nossa escolha em usar o turismo cultural como elemento-chave para propor um ponto de partida para o turismo repensado em Moçambique.

Turismo diferente/ turismo contextualizado

A noção de turismo diferente que norteia a presente pesquisa está assente na perspectiva de concepção e implementação de um turismo que é planificado tendo em conta necessidades locais para problemas locais. O turismo diferente proposto nesta pesquisa considera a gestão descentralizada, a criatividade, a inovação e a “reinvenção” como suportes de um turismo realístico e exequível, desenhado a partir de potencialidades turísticas locais, implementado através de recursos locais e beneficiando, acima de tudo, os intervenientes mais diretos em todo este processo.

A abordagem conceitual do turismo diferente nesse ensaio é inspirado na perspectiva do Governo de Samora Machel, que defendia a implementação de um turismo popular que deveria ser inclusivo (por passar a integrar o moçambicano excluído por conta da segregação colonial), deveria ser sustentável (por significar ganhos para todos e principalmente

para alimentar a economia nacional) e deveria valorizar os recursos locais (MACHEL, 1976).

Estas mudanças, ainda que concebidas e implementadas num momento muito próprio da história de Moçambique, mostraram que repensar o turismo implica fazer diferença. Este repensar promovido pelo governo de Samora inovou em termos da definição do perfil do turista, da noção de turismo e da harmonização de procedimentos, cujo ponto mais marcante se deu com a realização do seminário nacional da indústria hoteleira, já anteriormente referido e de onde saem às bases para a legislação nacional sobre turismo.

Durante o Colonialismo, o turismo era um negócio entre burgueses. (...)

O nosso povo só participava no turismo com o seu trabalho explorado (...)

O Turismo (...) assentava (...) na usurpação das zonas mais aprazíveis (...)

Nós queremos um turismo diferente (MACHEL, 1976).

O turismo diferente tem na inovação, um dos seus principais pilares. Por este motivo, a definição de inovação ira gravitar em torno das ideias de autores como Cunha e Costa (2017, p. 486), que colocam a noção de inovar como estando relacionada com a combinação entre o lazer e a capacidade criativa; de Lima (2011, p.629), entanto que um sistema integrado de interdependência de setores e serviços afins; e de Martins (2011, p.12-13), como a capacidade de melhorar a qualidade de bens e serviços. Estas diferentes perspectivas partilham da perspectiva de que a competitividade e um elemento-chave para a inovação e, conseqüentemente pode-se dizer o mesmo em relação ao turismo diferente. Assim sendo, a inovação deve ser vista como um processo paliativo para a estabilidade do empreendimento e assim, determinar o sucesso do negócio.

Boas práticas do Turismo em Moçambique

Neste ponto, especial menção é feita às fontes que permitem discutir um conjunto de procedimentos que possam concorrer para a implementação do turismo diferente/contextualizado. Um dos primeiros aspectos a realçar está relacionado com a necessidade de planificação. É assim que Filipe (2006, 2014) apresenta-nos um conjunto de estratégias para cuja implementação se deve ter em conta a inclusão de vários autores e a harmonização, sempre que possível, de perspectivas e expectativas dos mesmos. Filipe (2014), enfatiza desta maneira a necessidade de uma planificação inclusiva para minimizar eventuais impactos negativos aquando da implementação da atividade turística. O Título deve ser conciso e explicativo, representando o conteúdo do trabalho, não excedendo a 15 palavras. O Título em inglês deverá ser a versão exata do título em português ou espanhol.

Comoane (2009) repisa a importância da planificação como forma de mitigação de impactos à vários níveis e proporções, que tirem o mérito dos

programas turísticos a implementar. Já em termos de procedimentos e diretrizes de implementação da atividade turística, algumas das ações são mencionadas nos documentos setoriais, regulamentos, decretos e resoluções, convenções diversas sobre o turismo e áreas afins, publicações ministeriais e dos governos-dia.

Aqui se encontra espaço para uma análise desafiante de idealizar estratégias de implementação do turismo diferente e contextualizado à luz de diretrizes um tanto ou quanto descontextualizadas, principalmente em termos temporais e económicos. Deste modo, reforça-se mais um dos argumentos desta pesquisa, segundo o qual o nível de comprometimento institucional pode estimular maior flexibilidade no funcionamento do setor turístico, sobretudo porque o nível de burocratização constitui uma verdadeira barreira para o turismo competitivo que se almeja.

Para substanciar o sentido de competitividade, pode-se citar alguns autores. Por exemplo, Lopes e Gonçalves (2018) revelam a Ilha de Moçambique com um mercado turístico pouco competitivo, que pode ser repensado através de inovação em termos de reabilitação de habitações locais tornando-as homestays. Costa, (2018) advertindo a complexidade da paisagem arquitetônica da Ilha, a partir de alerta de Carrilho e Lage (2017), consideram que esta mesma complexidade pode ser maximizada ainda mais como atrativo turístico único.

Para completar, Macamo (2017) sugere a estratégia de ação colaborativa entre os principais intervenientes, como forma de contribuir para um futuro turístico promissor da Ilha de Moçambique. De uma forma mais geral Santos (2012) Almeida, Mello e Costa (2017), Godinho e Solha (2018), Silva e Miranda (2013) Estima, Ventura, Rabinovic e Martins (2017) e Martins e Gustavo (2018), apresentam estratégias para locais distintos, mas que servirão de base para as recomendações sugeridas nesta pesquisa. Este conjunto de ações suporta assim a necessidade de valorização dos recursos locais como garante da implementação de um turismo que seja realístico e inclusivo.

Com esta revisão de literatura, espera-se contribuir para o enriquecimento do debate em relação à questões ligadas não apenas ao turismo, mas sim à possibilidade de através do mesmo repensar-se o papel e lugar das pessoas, das suas manifestações culturais, dos seus valores e princípios, para que sejam vistos como algo mais do que produto turístico.

Contributo das normas internacionais sobre turismo para a atividade turística em Moçambique

E consensual a complexidade e necessidade de identificar um momento muito particular que diga respeito ao início da atividade hoje conhecida como “turismo”. De novo, lembramos que o objeto de estudo da nossa pesquisa é analisar o turismo que vem sendo praticado em Moçambique e daqui conceber estratégias para um turismo repensado. Recorremos assim a autores como Lima (2011, p.630), Kohler (2007, p.189), Carneiro (2010, p.11) que relacionam o surgimento do turismo com a emergência da revolução industrial.

O desenvolvimento tecnológico aliado aos transportes e as comunicações permitiu alargar o número, a regularidade e a diversidade de viagens, sobretudo de lazer. São introduzidas inovações como: (i) a realização do *Gran Tour* que Kohler (2007, p.189) e Mubai (2014, p.11) definem como viagens sob a forma de roteiros turísticos, que combinavam experiências de lazer e de aprendizado; (ii) a criação de agências de viagens, em 1842 (LIMA, 2011, p.630). Estas inovações permitiram combinar o poder de compra de uma sociedade cada vez mais consumista, com um uso mais criativo dos tempos livres através da promoção de viagens cada vez mais diversificadas em termos de tipo de transporte, locais de visita e toda a logística inerente (LIMA, 2011, p.630).

Durante esta década, segundo Pellicciota e Solha (2016, p.162) assiste-se ao reconhecimento do Turismo e da sua importância social, econômica e cultural, facto de que resulta a grande dinâmica de publicação e homologação de vários instrumentos normativos relacionados com a gestão patrimonial e turística. Para estas autoras, as demandas político-econômicas e sociais que iam acontecendo pelo mundo, obrigavam ao repensar de forma que estimulassem o turismo, mas que em simultâneo garantissem a implementação de agendas políticas mundiais, pois o turismo era também usado como impulso e ou reforço de relações políticas, econômicas e culturais entre vários países. Em Moçambique, o discurso de Samora Machel para os trabalhadores da indústria hoteleira, em 1976, reflete esta mesma perspectiva.

Era importante refletir e inovar. O grande eco desta transformação acontece na década de 1990, a que Pellicciota e Solha (2016) chamam de “novo tempo nas relações entre turismo e preservação cultural”. É um novo tempo em que a planificação turística se acentua e se concebem ideias e práticas relativas ao comportamento turístico e, por consequência disso, avalia-se e reflete-se sobre os impactos desta atividade. Seriam os primórdios do conceito de desenvolvimento sustentável, enunciado através do programa, proposto pela ONU sem o qual muitos projetos de turismo não chegam a vingar por não se mostrarem realísticos e exequíveis.

Portanto o percurso acima mencionado pretende motivar outra perspectiva sobre a evolução do turismo e do turismo cultural. São conceitos muitas vezes vistos como fatos ou eventos espacial e temporalmente localizados, como se fossem criação muito recente. Deste modo, julgou-se necessário mostrar que os mesmos foram sendo construídos, definidos, adaptados e readaptados conforme circunstância muito particulares, processo no qual provavelmente a questão marcante e motivadora de todas estas idas e voltas conceptuais e operacionais deste conceito seria em torno de se perceber quem somos de onde vimos o que temos, o que deixamos como legado e, sobretudo, como as outras pessoas nos vem e como queremos ser vistos.

Ilha de Moçambique: Exemplos de turismo inovador que se tornou “diferente”

A Ilha de Moçambique por representar um testemunho edificado de uma história secular da penetração e presença colonial portuguesa em Moçambique que se reflete na paisagem urbanística e na miscigenação cultural local, sempre foi um foco turístico nacional. Este potencial turístico foi-se adaptando a diferentes contextos sociopolíticos e econômicos, mas mais recentemente encontrou-se na requalificação dos edifícios, maioritariamente históricos, uma forma inovadora de repensar o turismo local. E assim que a Ilha de Moçambique, na Província de Nampula, foi escolhida como objeto de estudo do presente ensaio.

Ilha de Moçambique configurara-se como espaços que demonstra práticas de um turismo que apela a criatividade e a inovação. A reinvenção de práticas, saberes e perspectivas em relação ao turismo, têm feito pontos de referência turística nacional e com alguma influência no turismo regional. E para reforçar este posicionamento, o PEDTM II (2015, p.12-13) *reconhece tanto a cidade de Nampula, incluindo a Ilha de Moçambique como “loais com maior potencial para o turismo cultural”* formalizando assim o seu papel como principais destinos turísticos nacionais. Ademais, o documento que estamos a citar (PEDTM II, p.71-73) considera a ilha de Moçambique como elementos fundamentais para alicerçar uma experiência turística de caráter transnacional, reforçando os desígnios políticos relacionados com a integração regional.

Material e Métodos

Caracterização da área de estudo

A Ilha de Moçambique

A Ilha de Moçambique está localizada na Província de Nampula, no Distrito do mesmo nome, ocupando uma área de cerca de 245km, com uma população estimada em 2017, em 15.705 mil habitantes, de acordo com o Censo de 2007 (MATSUI, 2017, p.3). A ilha divide-se em vários bairros, mas para os efeitos desta pesquisa iremos nos cingir no Bairro do Museu, no norte da ilha conhecido como área administrativa e o Bairro de Macuti, no sul, que sempre foi zona residencial para os nativos (MATSUI, 2017, p.4).



Figura 1: Mapa de Situação e Localização da ilha de Moçambique.

Figure 1: Images of Mozambique Island and its cultural manifestation

Fonte: www.ilhademocambique.co.mz; [Wordlatlas](http://Wordlatlas.com); flickr.com; mz.geoview; macuablogs

Source: www.ilhademocambique.co.mz; [Wordlatlas](http://Wordlatlas.com); flickr.com; mz.geoview; macuablogs

A Ilha de Moçambique remete-nos a um cenário similar ao da cidade de Maputo. A Ilha de Moçambique distingue-se por uma história de encontro de culturas nativa-Macua, indo-árabe, Swahili e portuguesa que traz a este lugar um misto de manifestações culturais, artísticas, ideológicas, arquitetônicas e gastronômicas. Ter sido a primeira capital de Moçambique e declarada em 1991 como patrimônio cultural da humanidade, pela UNESCO, torna ainda mais peculiares os 3 km de comprimento desta ilha (DNPC/UNESCO, 2014, p.12). A Ilha de Moçambique tem uma diversidade de museus que contam histórias de Moçambique e do Mundo.

A arquitetura típica é caracterizada por casas de *macuti* e de pedra e cal. *Macuti* é material típico de construção local, usado para a cobertura das casas ou palhotas, em forma de esteiras de folhas de coqueiro atadas num pau de mangal, que por regulamento urbano colonial distinguia esta zona habitacional como especificamente para os “indígenas”, ao passo que as casas de pedra e cal seriam para a “população de expressão portuguesa” (HOUGARD, 2018, p.138).

A praia, a Fortaleza de São Sebastião (um dos destaques em termos de “imagem turística” que se tem desta ilha- *Vide foto acima*) a dança tufo e as cores vibrantes dos trajes locais, são elementos que se destacam em termos de atrativo turístico (HOUGARD, 2018). Muitas vezes considerado como fator negativo e não “cultural”, destaca-se o “fecalismo a céu aberto”.

Esta pesquisa assenta no método qualitativo, com particular ênfase para a análise documental. O método qualitativo foi aplicado no contexto da pesquisa descritiva (riqueza bibliográfica para enquadramento dos principais debates); pesquisa explicativa (para aprofundar o conhecimento sobre o tema em estudo, explicando como é praticado o Turismo em Moçambique, no Bairro da Ilha de Moçambique); pesquisa bibliográfica, análise documental e revisão de literatura sobre estudos similares prévios e eventuais contributos dos mesmos para esta pesquisa; estudos de caso seleccionados a partir da possibilidade de muito mais facilmente responderem aos objectivos da pesquisa e foi usada a entrevista como técnica de colecta de dados.

O método histórico foi usado para se perceber o presente a partir de acções do passado (peso das acções dos governos-dia sobre o desenvolvimento turístico nacional, desde 1975-2018); Heurística (selecção das fontes que poderiam trazer o percurso e análise histórica sobre o Turismo); Crítica (validação das fontes pelo enquadramento no contexto espacial e temporal em análise); Hermenêutica (interpretação das fontes face ao percurso histórico referido); Matriz cronológica (elaboração da tabela que sistematiza as acções dos governos-dia).

Para alcançar o objectivo proposto foi realizada uma pesquisa bibliográfica a partir da identificação e análise de livros e de outros materiais, tais como artigos científicos, dissertações e teses relacionadas às temáticas centrais da pesquisa: O Turismo Cultural Ao “Turismo Contextualizado” Um Turismo Diferente do Modelo de Turismo. Para o levantamento bibliográfico foram considerados o Portal de Periódicos da CAPES, o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o site de buscas Google Académico.

Resultados e Discussão

A heterogeneidade cultural típica desta Ilha, pelo seu peso sociocultural foi sendo manipulada ao longo dos tempos para servir interesses políticos distintos (JOPELA, 2015). No período colonial serviu para demarcar espaços entre os nativos e não nativos, bem como para passar uma falsa imagem de abertura do governo colonial a possibilidade de convivência intercultural face ao desenvolvimento de ideias nacionalistas. No período pós-independência, a Ilha de Moçambique simbolizou marca indelével da segregação colonial, sendo que a distribuição, forma, tipo e cuidados em termos de conservação das casas locais constituíram-se em evidências dessa história (HOUGAARD, 2018, p.139-140). A Municipalização também tem suas marcas na Ilha, dado que durante o período em que esteve sob gestão da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo) entre os anos 2003 à 2007 a Ilha foi de certa forma “esquecida” em termos de ações de desenvolvimento local (JOPELA, 2015, p.48-49).

E consensual que a pratica do turismo nesta ilha e dominada por turistas estrangeiros ou por turistas nacionais mas com algum rendimento acima da média. Os custos de transporte para acesso a Ilha (200,00Mt para transporte público; 3.500-22.000,00Mt para transporte privado, dependendo se e individual ou em grupo), por exemplo, podem ser uma forma de excluir a maioria dos potenciais turistas nacionais (www.ilhademocambique.co.mz).

A gestão integrada da Ilha e do seu potencial turístico pode ser exemplificada pelo funcionamento da APETUR (Associação de Pequenos Empresários de Hotelaria e Turismo da Ilha de Moçambique), desde 2005 e em estreita colaboração com o município local.

Maioritariamente formada por mulheres, esta associação procura “reunir sinergias para o desafio de desenvolver e promover” a Ilha como “destino turístico regional, nacional e internacional” (www.ilhademocambique.co.mz).

Tal como nos referimos anteriormente, as cores e “sabores” da ilha tornam o patrimônio local algo vivo, o que motiva um turismo diferente do praticado em outros locais. Isto permite tornar o turista cultural mais ativo e interativo, tal como previsto na carta de turismo cultural, podendo aprender fazendo ou participando do quotidiano local. Esta possibilidade e também mencionada no plano de ação que temos estado a citar (2014, p.61) ao fazer referência a implementação de Homestays, casas da comunidade onde o turista se poderia hospedar.

Outro aspecto diferencial importante do turismo na Ilha de Moçambique é a possibilidade de combinação do patrimônio natural com o patrimonial. E porque a Ilha responde muito bem a posição defendida na presente pesquisa, de ciclo e continuidade em termos de pensar em fazer sempre mais e melhor e, portanto, fazer diferente, mais recentemente se tem idealizado um presente e futuro mais turística e patrimonialmente atrativos para a Ilha. Reforça-se a ideia de Homestays, com o projeto “uma casa, um estudante” idealiza-se uma rede de transportes mais eficaz e integrada, uma requalificação mais planificada dos espaços, bem como uma relação mais intrínseca entre os recursos ambientais, naturais, patrimoniais e turísticos (CALMEIRO; ABOO, 2018, p.77-83).

Portanto, o esquema abaixo (Quadro 1) resume a forma como o turismo na Ilha de Moçambique soube capitalizar os testemunhos de uma história de Moçambique e do Mundo que pode ser contada a partir da história da própria Ilha. Este aspecto torna o turismo praticado aqui, diferente do praticado em outros locais dado que a combinação da história oral local com os edifícios, com as danças e com a gastronomia fazem da Ilha de Moçambique um destino turístico de eleição. Para manter este estatuto a Ilha teve que se reinventar e adaptar-se a cada novo cenário que se lhe surgisse mas mantendo sempre o foco na sua importância turística.

Quadro 1: Pilares da “Reinvenção” da Ilha de Moçambique.

Table 1: Pillars of the "Reinvention" of Ilha de Moçambique.

Significado cultural	↔Gestão combinada, patrimônio, identidade, edificada; ↔Participação comunitária.
Comprometimento industrial	↔Política de descentralização; ↔Proteção reguladora específica; ↔Rede de transporte melhorada.
Valorização de experiências	↔Parcerias nacionais e internacionais; ↔Envolvimentos de instituições acadêmicas; ↔Recursos locais.

Fonte: Os autores, 2023.

Source: The authors, 2023.

Estratégia para a implementação de um turismo diferente e contextualizado

São inúmeras estratégias para a implementação de um turismo diferente e contextualizado. A partir da reflexão em torno do tópico principal deste ensaio, a seguir serão apresentadas cinco (5) representações gráficas ou esquemas, sendo que cada uma faz menção a um aspecto específico e apresenta estratégias também específicas para a sua implementação que são: a) Inovar em turismo; b) informação turística a produzir e formas de divulgação; c) aspectos a considerar em termos de facilidades turísticas; d) repensar a acomodação e a restauração; e) “oficinas turísticas”.

a) Inovar em turismo

O propósito de apresentação do primeiro esquema está relacionado com a necessidade de reforçar o argumento que norteia a presente pesquisa, no sentido de se repensar o turismo cultural praticado em Moçambique. De acordo com o esquema o ponto de partida para se repensar o turismo cultural deve ser em simultâneo o ponto de chegada, ou seja, o sentido de inovar, de criar coisas, produtos e serviços que respondam a um turismo competitivo deve ser cíclico. Não deve haver, neste contexto, o posicionamento ou sentimento conformista de que já se fez o melhor. Há sempre algo mais que pode e deve ser feito.

Tal como referido o longo do trabalho, o posicionamento de empacotamento ou padronização do perfil de turista que visita Moçambique

faz com que, erradamente, se generalizem perspectivas, recursos e ofertas. Pouco ou nada se faz no sentido de atender as atuais demandas do turista cultural, que ciente do seu papel ativo e com poder de decisão sobre o que se oferece e como se oferece em termos de turismo, vai-se tornando cada vez mais exigente. Já não basta promover turismo cultural se este for replica do turismo implementado em outro local, país ou região. E aqui que se encontra o cerne da ideia de inovar. Na necessidade de se reinventar ofertas e produtos turísticos a partir das histórias e manifestações artístico-culturais localizadas, específicas de um local e não assumidas como de todo o país, no caso específico de Moçambique. Desta forma, cientes da existência de uma diversidade de tais recursos turísticos, torna-se muito mais fácil combinar o turismo cultural com outros segmentos de turismo.

Assim sendo, almejados aspectos concretos em termos de benefícios do turismo cultural estar-se-ia em condições, se devidamente planificado, de repensar ideias e estratégias de implementação de um Turismo que assentasse em aspectos locais, específicos para desse modo trazer soluções locais para problemas locais (Figura 2).

Portanto, com o esquema se comprova a necessidade de se refletir sobre que tipo de turismo cultural e oferecido em Moçambique, que tipo de expectativas são depositadas neste turismo e o que fazer para que o mesmo seja reconhecido como turismo cultural repensado, a partir da valorização de aspectos muito particulares da cultura e identidade nacionais. Estaria assim respondida uma das questões prementes deste trabalho.

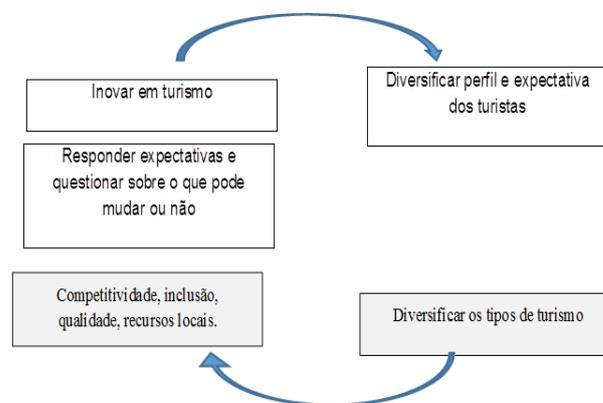


Figura 2: Esquema sobre o que se deve entender como inovar para um turismo repensado
Figure 2: Scheme on what should be understood as innovation for a rethought tourism

Fonte: Autores, 2023

Source: The authors, 2023

b) Informação turística e sua divulgação

Em relação a segunda questão. O início de qualquer atividade passa pela informação que se produz, que se tem e que se recebe em torno da mesma. No turismo não e não pode ser exceção esta forma estratégica de proceder. A oferta e o produto turístico só são e podem ser validados se houver conhecimento da sua existência. Pode-se então dizer que e aqui que se começa a desenvolver a atividade turística e não necessariamente quando o turista chega ao seu local de destino.

No entanto, estas constatações são muitas vezes descuradas. Umás vezes assume-se que divulgando uma vez já se terá feito o suficiente em termos de disseminação turística e apenas se aguardaria pela chegada dos turistas. Outras vezes ainda se prefere não fazer muito esforço nesse sentido porque vai encarecer o custo de produção e, conseqüentemente, vai-se lucrar menos.

Deste modo e conforme abordado ao longo da pesquisa, ha que inovar e refletir sobre que tipo de informação turística e produzida e difundida em e sobre Moçambique. Um bom ponto de partida passaria por desmistificar o posicionamento de que difundir turismo sobre Moçambique e algo homogêneo ou padronizado, muitas vezes resumido em “muitas praias, muito sol, mosaico cultural e gastronômico”.

Para o caso da Ilha de Moçambique, a inovação aconteceu em termos de a imperiosidade de se repensar o marketing turístico relativo a esta cidade. Foi uma forma de responder ao 10º *Projeto Estruturante*, relacionado com estratégias para tornar a Ilha de Moçambique mais atrativa do que é sempre foi (CALMEIRO e ABOO, 2017, p.82). Os autores apresentam um total de quinze (15) *Projetos Estruturantes*, cada um deles dizendo respeito a uma área especifica: mobilidade, ligação ao continente, rede de transportes públicos, valorização da habitação do tipo *Macúti*, infraestruturas, habitação comunitária, mercado para venda de pescado, empreendedorismo, atração turística, requalificação das praias, desportos náuticos, qualificação de espaços públicos, reflorestamento e reabilitação do edificado (CALMEIRO; ABOO, 2017, p.78- 84).

Mais atrativo também se torna o potencial destino turístico que se antecipa, estrategicamente, em termos de informação (SANTOS, 2012, p.58). Ha, nesse sentido, alguns aspectos muitas vezes relevados para segundo plano, como por exemplo: (i) as indicações do tipo de traje que não pode ser usado em certos locais, de modo a não ferir valores culturais locais; (ii) a indicação previa de locais em que não se pode tirar fotos ou fazer vídeos, sobretudo nos dias de hoje em que as redes sociais se alimentam deste tipo de material; (iii) a indicação de elementos gastronômicos muito típicos de um local, a indicação de locais de confecção de comida especializada (vegetariana, *vegana*, sem gluten, *Light*, por exemplo); (iv) a indicação de certas práticas contrarias aos costumes locais, entre outros aspectos.

As cautelas acima sugeridas podem ser percebidas como aspectos bastante sensíveis que quando desconhecidos pelo turista se tornam num verdadeiro embaraço, criando uma situação de desconforto perante as pessoas que vivem nos locais que esse turista visita. Este aspecto, mais uma vez, revela a importância crucial de uma planificação bem cuidada, abrangente e inclusiva para o sucesso de qualquer que seja a oferta turística (Quadro 2).

Quadro 2: O que se deve considerar em termos de informação turística.**Table 2:** What to consider in terms of tourist information.

Informação turística	1-Não padronizada local específico 2-Bilingue abrangente acompanhada de mapas locais. 3-Serviços de urgências de taxi, horários de voo, segurança, 4-Gastronomia local e especializada (vegetariana)
-----------------------------	---

Fonte: Autores, 2023.

Source: Authors, 2023.

Portanto, as estratégias referidas nos parágrafos acima, revelam a importância e o peso da informação turística para alavancar, diversificar e manter os níveis de competitividade necessários para um turismo cultural que inove para se posicionar como diferente. E assim que o esquema cinco apresenta algumas propostas para um melhor uso do que se produz em termos de informação turística nacional, de modo a contribuir igualmente para um setor turístico competitivo e economicamente viável. A informação turística assim planejada permite a implementação de programas de educação patrimonial. O patrimônio local da Ilha de Moçambique ira assim sobressair, não apenas como produto turístico, mas também e, sobretudo, como suporte dos valores identitários locais.

c) Aspectos a considerar em termos de facilidades turísticas

A terceira estratégia e sobre facilidades turísticas. O conceito de facilidades turísticas, diz respeito ao conjunto de ações e intervenções que de forma isolada e ou combinada, contribui para a fluência da atividade turística, desde a altura em que o potencial turista se interessa em visitar um determinado local, passando por toda a tramitação processual inerente e consequente desfrute, até ao momento em que o turista retorna ao seu local ou país de origem. Nesse sentido e num paralelismo com o esquema anterior relacionado com a informação turística e importante que haja uma planificação atempada de aspectos cruciais, sobretudo os relacionados com as autorizações para se sair do país ou local de origem, circular pelo destino escolhido e regressar ao ponto de partida.

A tramitação de vistos de entrada e de fronteira tem-se mostrado um verdadeiro *calcanhar de Aquiles* para quem se aventura em turismo. Para o caso de Moçambique em particular, as enormes filas e burocracia processual afim, as idas e vindas de balcões, a resiliência as facilidades que a tecnologia pode trazer, continuam a constituir uma imagem pouco positiva para quem quer fazer turismo no país. E em torno desta constatação que através dos Planos Estratégicos do Setor, o Governo objetiva a “*facilitação do acesso de turistas ao país*” (PEDTM I, 2004,p.15 e 42), como forma de sanar o constrangimento causado pelas “longas esperas”. Aqui também, continuando a citação, se encontram bases para o desenho de uma “*má imagem*” em relação aos serviços de fronteira nacional. A julgar pelas críticas menos positivas do PEDTM II (2015, p.11 e 20) em relação ao processo de imigração e de acessos a vistos de entrada, considerando-o

como “restritivo, de custo elevado” e as limitações tecnológicas, este aspecto persiste como um entrave ao desenvolvimento da atividade turística.

Um dos aspectos-chave que o documento que temos vindo a citar (PEDTM I, 2004) refere, está relacionado com o acesso aéreo. Caracterizado como caro e restritivo, este acesso condiciona uma escolha mais abrangente e integrada dos destinos turísticos. Relacionando o “elevado preço das passagens aéreas” com o monopólio da companhia de bandeira nacional, a LAM, o PEDTM II (2015, p.18-20), considera a liberalização do espaço aéreo nacional como uma das soluções para vários dos problemas que afetam o turismo.

Pode-se citar como exemplos de tais problemas: (i) as limitações logísticas, tecnológicas e de serviços dos aeroportos dos locais de destino turístico, sobretudo em termos de (ii) capacidade para a receção de voos internacionais, o que se reflete em constantes (iii) atrasos nos horários dos voos, na (iv) fraca qualidade de serviços de apoio em terra e no ar, entre outros. Deste modo, fica assim patente que o nível de comprometimento institucional em termos de facilidades turísticas contribui negativamente para a melhoria da imagem turística de Moçambique. Ao contrário do que referem os documentos reguladores do setor do turismo, ao considerarem-no como um setor transversal por seu funcionamento estar, de certa maneira, dependente da conjugação de ações e estratégias de outros setores da economia nacional, a leitura possível é de que o setor do turismo funciona como uma unidade isolada.

Outro aspecto diz respeito a informação atempada sobre a existência de várias formas de acesso ao país, desde a zona costeira ao interior, inclusive de forma combinada entre companhias de transporte nacional e regional, através das chamadas *Rotas Turísticas* e *Circuitos de Turismo* (PEDTM, 2004, p.71-73). Seria interessante ver compensadas as lacunas de um país a partir das ofertas de outro país e assim ganharia não apenas o turismo de Moçambique, mas sim o turismo da região. E isto, num mundo globalizado e cada vez “mais pequeno” pela proximidade trazida pela tecnologia, seria mais do que apropriado e benéfico. A ser assim, o turismo tornar-se-ia um importante pilar para uma apregoada integração regional efetiva, pois cada país contribuiria com seu potencial turístico cujo valor se acresceria quando combinado com o potencial turístico dos países vizinhos (Quadro 3).

Quadro 3: O que ter em conta quanto à facilidades turísticas.

Table 3: What to consider regarding tourist facilities.

Facilidades turísticas	1-Sistema de transporte integrado e diversificado; 2-Flexibilidade de vistos e do processo migratório/transfronteiriço; 3-Informação turística atualizada e localizada; 4-Melhoria de serviços de voo: ofertas, pontualidade, alimentação, serviços de apoio, resposta imediata.
-------------------------------	---

Fonte: Autores, 2023.

Source: Authors, 2023.

Os aspectos até aqui mencionados refletem a estratégia do turismo diferente/contextualizado que se almeja para Moçambique, de maneira que se estabeleceriam novas e renovadas diretrizes para que o turismo “bonito” que se sonha nos PEDTM I e II e em outros documentos reguladores do setor se possa materializar.

d) Repensar a Acomodação e Restauração

Um dos aspectos condicionantes da atividade turística e o da acomodação e por inerência, da restauração. Saído da sua zona de conforto, de origem, o turista precisa saber onde dormir e onde comer. Este saber implica a garantia da qualidade de serviços afins, servindo assim como importante termômetro do nível de visitação de um local, região ou país. O PEDTM II (2015, p.16) reconhece o impacto negativo da “baixa qualidade e elevados preços de acomodação com uma classificação inadequada” para a boa imagem turística de Moçambique. Este contrassenso entre cobrar muito caro pela acomodação e prestar serviços de baixa qualidade pressupõe um papel mais interventivo do governo através de ações como o licenciamento, classificação e fiscalização de empreendimentos turísticos. Este último aspecto, entre 2016-2017 mereceu algum destaque até na *mídia*, com a atuação da INAE em muitos estabelecimentos. Contudo, o que se pretende não são ações pontuais e sob os holofotes da imprensa, mas sim que esta fiscalização seja contínua incontornável e sancionável de modo a elevar-se a qualidade de serviços prestados.

Outro aspecto menos positivo que o PEDTM II (2015, p.17) refere, está relacionado com questões de procedimento: (i) fraca articulação institucional afim; (ii) não cumprimento dos parâmetros de classificação ou licenciamento, quer por ignorância quer por atos de corrupção ou ainda por o próprio sistema de classificação estar ultrapassado; (iii) fraca qualificação em termos de domínio de procedimentos sobre informação e gestão turística por parte dos funcionários responsáveis pelo licenciamento, pela classificação e pela inspeção, entre outros aspectos.

Daqui nascem os principais problemas do turismo em Moçambique. Se é criada uma falsa imagem de que tudo está bem encaminhado em termos de acomodação e restauração, concorresse para disseminar uma também falsa imagem em termos de ofertas turísticas. O turista cria expectativas rapidamente goradas quando chega ao local de destino. Com o nível de satisfação em baixo tudo o resto se estraga e o que o turista mais quer é interromper sua viagem. E assim, a chegada deste turista é estatisticamente contabilizada mas o *feedback* da sua estadia não. Em consequência disso mantém-se o “estagio emergente” com que os PEDTM caracterizam o turismo nacional, contrariando os planos governamentais (Quadro 4).

Quadro 4: Aspectos a ter em conta quanto à acomodação e fiscalização.

Table 4: Aspects to consider regarding accommodation and supervision.

Acomodação e restauração	1-Qualidade de serviços; 2-Uso de mão- de – obra e recursos locais; 3-Habitação para fins meramente turísticos; 4-Melhor fiscalização institucional.
---------------------------------	---

Fonte: Autores, 2023.

Source: Authors, 2023.

Portanto, ao se relevar aspecto tão crucial e incontornável quanto à acomodação e restauração, qualquer atividade turística corre o sério risco de se tornar apenas mais uma e contribuir senão para mantê-lo do “estágio emergente” turismo nacional. É imperioso que haja uma planificação mais metódica, mais integrada, inclusiva e em respeito pela diversidade cultural dos turistas. Tanto a acomodação como a restauração são, no final das contas, o selo da imagem do turismo nacional que se pretende passar para os turistas. É igualmente aqui onde se deve fazer sentir o punho legislador e fiscalizador do governo. Aqui se começa a fazer diferente para se fazer melhor.

Em relação a Ilha de Moçambique, poderia ser recriada uma casa de arquitetura local na qual o turista poderia se hospedar e passar refeições. Ou, algumas famílias locais poderiam adaptar suas residências como casas de alojamento temporário, apenas para fins turísticos, desde que devidamente licenciadas e aprovadas pelas entidades competentes. Outra perspectiva é a de criação de redes ou parcerias destes dois locais com entidades turísticas, para uso do nome, marca e aspectos característicos de ambos os locais, como forma de uma divulgação turística mais flexível e integrada.

e) Oficinas Turísticas

Esta estratégia pode ser considerada como o resumo dos aspectos aflorados em relação aos quatro (4) estratégias anteriores, pelo facto de enquadrar aspectos cruciais relacionados com noção que se deve ter de turista cultural. Denomina-lo “oficinas turísticas” foi a estratégia encontrada para demonstrar que o turismo cultural repensado, discutido da pesquisa, passa e deve passar por uma maior interação entre o turista e a comunidade local. Desta interação criam-se alicerces para o aprendizado que se dá a partir da troca de experiências e saberes entre um e outro. Portanto, este conceito de “oficinas turísticas” foi escolhido a pensar na necessidade de dinâmica, da perspectiva de ciclo, de um recomeço a partir de onde se termina para assim se perceber que através do turismo é possível valorizar, disseminar e preservar histórias, práticas, hábitos, manifestações culturais e artísticas de uma região ou de um país.

A mensagem que se pretende passar é a de que o turista não deve ser visto como elemento passivo, pronto a receber informações sobre o local que visita. Pelo contrário, deste turista se espera que colabore na definição das potencialidades turísticas locais e que, sentindo-se satisfeito com as

experiências que vai vivendo localmente, ele possa contribuir para uma maior disseminação turística local. Deste turista, almeja-se resposta imediata sobre o que se oferece em termos turísticos e do que pode ser melhorado. Assim sendo, garantir-se-ia uma maior e melhor revitalização dos pontos turísticos nacionais.

Atendendo a necessidade de se ter um turista cultural ativo, interventivo o suficiente para aprender, acredita-se que a melhor maneira de proceder seja: (i) idealizar atividades em que o próprio turista participe, como por exemplo na elaboração da sua refeição, na coleta de produtos para o seu uso durante a sua estadia, (ii) que o turista conceba e crie seus próprios *souvenirs*, (iii) que o turista colabore na produção de arte local (por exemplo artesanato, pinturas, esculturas, material têxtil como o *batique*). O turista pode igualmente pescar e caçar. O turista pode vestir-se em trajes típicos locais, aprender danças típicas locais. Em poucas palavras, o turista pode ser convidado a imiscuir-se no modo de vida e local e assim valorizar sobremaneira a sua experiência enquanto turista. Mais interessante ainda, seria poder se expor os produtos elaborados pelos turistas para que outros turistas se sentissem motivados a fazer o mesmo e assim por diante (Quadro 5).

Quadro 5: Oficinas turísticas.

Table 5: Tourism workshops.

Oficinas turísticas	1-Revitalização de pontos turísticos; 2-Valorização da experiência pessoal do turismo; 3- <i>Self-made souvenir</i> ; 4-Exposição de trabalhos feitos por turistas.
----------------------------	--

Fonte: Autores, 2023.

Source: Authors, 2023.

Portanto, o que se almeja com o desenvolvimento das oficinas turísticas e implementar a ideia de que o turista cultural não é, não pode e não deve ser mero agente passivo da atividade turística. É preciso que se repense a possibilidade de usar o turismo como instrumento de valorização de práticas e conhecimentos locais, ao mesmo tempo em que se estabelece um conhecimento intercultural entre o turista e a comunidade local. Estar-se-ia assim a fazer valer os propósitos primários da carta de turismo cultural, um dos documentos normativos.

Para a Ilha de Moçambique o turista participar da pesca que depois seria parte da sua refeição, igualmente por si confeccionada, por exemplo. Aqui existe a possibilidade de roteiro turístico pelas regiões circundantes, a recriação do cenário de transporte de escravos ou da administração colonial (as peças de teatro são uma importante estratégia nesse sentido). Há ainda a possibilidade de atividades de mergulho para lazer ou para visualização do diverso espólio arqueológico nos arredores da ilha. A elaboração de bijuteria a partir das missangas encontradas normalmente a beira-mar e outro aspecto a destacar.

Deste modo e através dos cinco (5) esquemas trazidos, respondendo cada um deles a uma pergunta específica, pretendeu-se demonstrar ser

possível pensar num turismo diferente/ contextualizado desde que se tenha em conta uma adequada e pontual planificação em termos de recursos, de logística, de garantia de qualidade, de Segurança, de um caráter integrado e inclusivo de ações e estratégias. Trata-se de ações a serem concebidas e implementadas em respeito às perspectivas, interesses e benefícios dos principais integrantes deste processo, com destaque para as autoridades governamentais e locais, a *comunidade local* e o setor privado.

Quadro 6: imagens da ilha de Moçambique e sua manifestação cultural.

Table 6: images of Mozambique Island and its cultural manifestation.

Atrativo	Especificidades	Imagem
Vista da ilha de Moçambique	A ilha divide-se em vários bairros, mas para os efeitos desta pesquisa cingiu-se no Bairro do Museu	
Imagens da ilha de Moçambique e sua manifestação cultural	A Ilha de Moçambique tem uma diversidade de museus que contam histórias de Moçambique	
Casa típica coberta por macúti.	Macuti e material típico de construção local, usado para a cobertura das casas ou palhotas, em forma de esteiras de folhas de coqueiro atadas num pau de mangal	
Distinção entre bairros de macúti e do Museu (de pedra e cal)	Macuti e material típico de construção local, usado para a cobertura das casas ou palhotas, em forma de esteiras de folhas de coqueiro atadas num pau de mangal	
Casa típica coberta por macúti.	Macuti e material típico de construção local, usado para a cobertura das casas ou palhotas, em forma de esteiras de folhas de coqueiro atadas num pau de mangal	

Fonte: www.ilhademocambique.co.mz; Wordlatlas; flickr.com; mz.geoview; macuablogs.

Source: www.ilhademocambique.co.mz; Wordlatlas; flickr.com; mz.geoview; macuablogs.

Considerações Finais

Com esse ensaio, pretendeu-se demonstrar a importância do turismo diferente/contextualizado para a conceptualização do turismo nacional. Assim sendo, definiu-se que a implementação do turismo diferente/contextualizado assenta em cinco (5) pilares: (a) inovação, (b) informação turística, (c) facilidades turísticas, (d) acomodação e restauração, (e) “oficinas turísticas”. O cumprimento destas estratégias é que garante a conceptualização do turismo em Moçambique. Deste modo, o turismo diferente/contextualizado aqui proposto significa: (i) continuidade de outras perspectivas académicas e institucionais sobre gestão turística, o que justifica a nossa perspectiva de o definir como um turismo repensado; (ii) valorização do contexto espacial e temporal como suportes primordiais para a sua implementação; (iii) adopção de uma abordagem de gestão descentralizada (local), inclusiva e realística, implementada no sentido base-topo e, finalmente, (iv) impulso para uma nova dinâmica em relação ao turismo nacional.

A análise sobre as principais estratégias do governo do dia e a forma como cada uma dessas estratégias é materializada na situação atual, constituiu um dos principais aspectos abordados ao longo do artigo. O percurso do turismo em Moçambique e no Mundo foi assim usado para sustentar a elaboração de estratégias de implementação turísticas, a partir de um turismo repensado. A Ilha de Moçambique constituiu exemplo importante em termos de visualização dessas estratégias.

Assim, a presente pesquisa contribui para o reforço da importância da adopção de uma perspectiva no contexto de discussão sobre turismo ou de implementação turística. Outro grande contributo está na sistematização da perspectiva dos governos do dia em relação ao setor turístico nacional, procedimento no qual foi importante a adopção do método qualitativo. Ao pensar da Ilha de Moçambique, entanto que exemplos de turismo repensado, esta pesquisa considera a possibilidade de mais estudos similares pelos vários locais turísticos nacionais. Desse modo, a perspectiva de turismo diferente/contextualizado tornar-se-ia mais abrangente.

Referências

- ALMEIDA, J; MELLO, M; COSTA, A. Avaliação do Impacto do Turismo na Reabilitação e Uso do Edificado dos Centros Históricos: O Caso da Baixa Pombalina. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, nº 27/28. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 493-507, 2017
- CALMEIRO, M.R., ABOO, V. Estratégias Para o Desenvolvimento Sustentado. *In*: ROSSA, W.; LOPES, N; GONÇALVES, N. [Orgs.]. **Oficinas de Muhipiti**: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 67-85, 2018.
- CARNEIRO, E. Turismo Cultural e Sustentabilidade: Uma Relação Possível? **Revista Electrónica de Turismo Cultural**, vol. 04, nº1. São Paulo: ECA/USP, P. 4-22, 2010.

CARRILHO, J.; LAGE, L. Sobre a Preservação do Património Cultural Edificado em Moçambique. *In*: ROSSA, W.; LOPES, N; GONÇALVES, N. [Orgs.]. **Oficinas de Muhipiti**: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 25-48, 2018.

COMOANE, A. **Impacto da Política de Desenvolvimento em Turismo**: Contingências e Estratégias. *In*: Comunicações Apresentadas nos Seminários do Gabinete de Estudos da Presidência da República: Gabinete de Estudos da Presidência, p. 115-166, 2009.

COSTA, A. Preservar e Valorizar o Património Cultural dos Moçambicanos: Histórias e Reflexões do Passado e do Presente. *In*: FRONER, Y [Org.]. **Património Cultural e Sustentabilidade**: Ação Integrada entre Brasil e Moçambique. Belo Horizonte: Editora São Jerónimo/IEDS, p.13-23, 2018.

CRUZ, R. “Patrimonialização do Património”: Ensaio Sobre a Relação Entre Turismo, “Património Cultural” e Produção do Espaço. **Revista GEOUSP-Espaço e Tempo**, nº 31. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 95-104, 2012.

CUNHA, A.; COSTA, E. Turismo e Economia Criativa: Uma Análise da APL Turística Sob a Conceção de Negócios Sociais em Taquaruçú, Tocantins, Brasil. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, nº 27/28. Aveiro: Universidade de Aveiro, p. 483-491, 2017.

DNPC. **Ilha de Moçambique, Património Mundial**: Plano de Ação. Maputo: Ministério da Cultura, 2014.

ESTIMA, D.; VENTURA, M.; RABINOVICI, A.; MARTINS, F. Condicionantes e Contributos das Organizações Não Governamentais de Ambiente Para a Sustentabilidade do Turismo em Ilhas: Estudo de Caso do Arquipélago dos Açores, Portugal. **Revista Turismo & Desenvolvimento**, nº 27/28. Aveiro: Universidade de Aveiro, p.1627-1637, 2017.

FILIPPE, K. O Turismo Cultural no Contexto da Gestão do Património Cultural. *In*: JOPELA, A. [Coord]. **Manual de Conservação do Patrimônio Cultural Imóvel em Moçambique**. Maputo; Ministério da Cultura/ DNPC, P. 67-71, 2014.

FILIPPE, K.B.O. A Madeira e Zinco da Mafalala e o Macúti da Ilha de Moçambique como Exemplos de um Turismo Cultural Repensado em Moçambique, 1975 à Actualidade. **Dissertação** Mestrado em História de Moçambique e da África Austral. Universidade Eduardo Mondlane, 2018.

GODINHO, T.; SOLHA, K. Percepções da Comunidade Local em Cidades Património da Humanidade: Diamantina, Minas Gerais, Brasil. *In*: **PASSOS, Revista de Turismo y Património Cultural**, vol. 16, nº 1. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 213-231, 2018.

HOUGAARD, J. Ilha de Moçambique: Gerir o quê e como? Uma Leitura do Património Histórico, Cultural e Edificado. *In*: ROSSA, W.; LOPES, N; GONÇALVES, N. [Orgs.]. **Oficinas de Muhipiti**: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 137-152, 2018.

- JOPELA, A. Conserving a World Heritage Site in Mozambique: Entanglements between politics, poverty, development and governance on the Island of Mozambique. *In*: LABADI, S; LOGAN, W. [Edits]. **Urban Heritage, Development and Sustainability**: International frameworks, national and local governance. London: Routledge, p.37-56, 2015.
- KÖHLER, A.; DURAND, J. Turismo Cultural: Conceituação, Fontes de Crescimento e Tendências. **Revista Turismo-Visão e Ação**, vol. 9, nº 2. Vale do Itajaí: UNIVALI, P. 185-198, 2007.
- LIMA, F.; ALVES, J. Inovação no Setor do Turismo: Apontamentos do Processo Inovador Através do Estudo do Grupo PESTANA. **Book of Proceedings**, vol. 1- Internacional Conference on Tourism & Management Studies. Algarve, p. 629-638, 2011.
- MACAMO, S. Sistema de Gestão da Ilha de Moçambique: Implementação da legislação na área do património edificado. *In*: ROSSA, W.; LOPES, N; GONÇALVES, N. [Orgs.]. **Oficinas de Muhipiti**: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 89-104, , 2018.
- MACHEL, S. **Dar ao Nosso Turismo Um Conteúdo de Classe**. Discurso proferido na Reunião com os trabalhadores da Indústria Hoteleira, em 24 de Julho. Maputo: Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO, 1976.
- MARTINS, A.; GUSTAVO, N. Planeamento Estratégico de Destinos Turísticos: Contributos Para o Desenvolvimento da Actividade Turística no Concelho de Tomar. **International Forum on Management**. Estoril: Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Estoril, 2018.
- MARTINS, J. Turismo, Inovação e Desenvolvimento: O Caso da Província de Cabo Delgado em Moçambique. **Dissertação** de Mestrado. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa/ Instituto Superior de Economia e Gestão, 2011.
- MATSUI, A. **Migration to the Island and a Dynamic Change in Social Network of Migrants. A Case of Mozambique Island**. Kyoto: Kyoto University, 2017, Disponível em <matsui@jambo.africa.kyoyo-4acjp>, acessado em 20/11/2022.
- MUBAI, M. **Turismo Cultural em Moçambique**: Uma Abordagem Histórica. Maputo: Imprensa Universitária, 2014.
- OMT. **Glossary of Tourism Terms**. Disponível em <http://mdia.unwto.org>
- PELLICCIOTTA, M.; SOLHA, K. Turismo e Preservação do Património Cultural: Uma Trajectória (pouco conhecida) de Interações. **SAECULUM-Revista de História**, n.35, p.157-176, 2016.
- REBELO, H.; GONÇALVES, N. Marca-Lugar Muhipiti. *In*: ROSSA, W.; LOPES, N; GONÇALVES, N. [Orgs.]. **Oficinas de Muhipiti**: Planeamento Estratégico, Património e Desenvolvimento. Coimbra: Imprensa da Universidade do Minho, p. 233-254, 2018.

SANTOS, J. As Cidades Criativas Como Modelo Dinamizador do Destino Turístico. **Dissertação** de Mestrado. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar/ Escola Superior de Gestão de Tomar, 2012.

SILVA, M.; MIRANDA, E. Planejamento do Turismo Para o Desenvolvimento Local. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, vol. 2, n°2. Curitiba: CAPES P. 94-103, 2013.

João Francisco de Carvalho Choé: Universidade Púnguè – Chimoio, Faculdade de Educacao – Mocambique.

E-mail: jcarvalhochoe@gmail.com

ORCID: 0000-0001-8497-9794

Rogério Filipe Mário: Universidade Púnguè – Chimoio, Faculdade de Educacao – Mocambique.

E-mail: rogeriofilipemario@gmail.com

Link para o currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4431315888946284>

Data de submissão: 23 de junho de 2022

Data de recebimento de correções: 27 de julho de 2022

Data do aceite: 15 de julho de 2022

Avaliado anonimamente